

Violência sexual contra a mulher no Brasil: uma análise dos fatores associados ao estupro¹

Maicker Bartz²
Ewerton Quartieri³
Graziele Souza⁴
Maria Micheliana Silva⁵

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir os principais fatores por trás da violência sexual contra a mulher no Brasil. Para tanto são utilizados dados do SINAN, entre o período de 2011 a 2014, onde são aplicados os modelos logit e painel de dados empilhados como estratégia metodológica. As análises foram divididos para crianças e adultos, mas com resultados semelhantes para a maioria das variáveis de ambos os grupos, ou seja, há maiores probabilidades de vítimas sofrerem casos repetidos de estupro dentro de sua própria residência, se possuírem alguma deficiência ou transtorno, se o agressor for um conhecido, entre outros.

Palavras-chave: violência sexual; mulher; estupro.

Códigos JEL: B55, J2, K14.

Abstract

This article aims to discuss the main factors behind sexual violence against women in Brazil. For that, SINAN data are used for the period from 2011 to 2014, where the logit and stacked data panel models are applied as a methodological strategy. The analyzes were divided for children and adults, but with similar results for most of the variables of both groups, that is, there is a higher probability of victims having repeated cases of rape within their own residence, if they have a disability or disorder, if the aggressor is an acquaintance, among others.

Keywords: sexual violence; woman; rape.

JEL Codes: B55, J2, K14.

¹Os autores agradecem ao CNPQ e à CAPES pelo financiamento da pesquisa

²Doutorando em Economia Aplicada no PPGEA/UFV. E-mail: maickerbartz@gmail.com

³Mestre em Economia Aplicada pelo PPGE/FURG. E-mail: ewerton.quartieri@gmail.com

⁴Mestre em Economia Aplicada pelo PPGE/FURG. E-mail: grapsouza88@gmail.com

⁵Professora no PPGEA/UFV. E-mail: maria.micheliana@ufv.br

1 Introdução

A violência sexual é um problema latente dentro do já agravado caso de violência no cenário brasileiro, e é uma das principais chagas enfrentadas pela sociedade. Conforme Krug et al (2002), a violência sexual é descrita como qualquer atitude indesejada contra a preservação sexual de uma pessoa, podendo se estender inclusive a abusos em casa ou trabalho, indo além disso. Um dos principais atos de violência sexual é o estupro que, desde 2009, é definido juridicamente como ato forçado que vai desde o constrangimento até o ato sexual indesejado contra homens e mulheres (BRASIL, 2015). O presente estudo visa avaliar, de forma quantitativa, os fatores associados à sua ocorrência, trazendo evidências à literatura quanto a caracterização do ambiente e consequências que envolvem este tipo de crime.

As mulheres apresentam prevalência entre as vítimas, seja por motivos de fragilidade, principalmente na relação de vitimização infanto-juvenil, onde o agressor em tese exerce uma função de autoridade para estabelecer a agressão (RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004), ou até mesmo através da construção social e histórica de privilégio masculino perante as mulheres, criando possibilidade para tal desvio (MASSERSCHMIDT, 2000). De fato, o caso brasileiro apresenta tal prevalência de agressão sexual vivenciada por mulheres, tanto adultas (LOPES et al., 2004), como na fase jovem da vida (GODOY MARTINS; MELLO JORGE, 2010; JUSTINO et al, 2011). Sem dúvidas, a violência sexual se tornou um problema que necessita devida atenção para seu entendimento e prevenção, por apresentar além da agressão em si, sequelas duradouras e graves para suas vítimas (FACURI et al., 2003).

Um ponto importante a destacar é que as vítimas de violência sexual podem sofrer com as consequências desses atos. As consequências abrangem tanto os âmbitos físico e mental (FACURI et al 2013), quanto o econômico (CERQUEIRA; COELHO; FERREIRA, 2017). Então, além dos danos físicos sofridos e dos traumas psicológicos vindos após agressão sexual, as vítimas ainda incorrem de custos econômicos. O CDC (2003) argumenta que os custos podem ser tanto os diretos, tais como os custos de internação, custos médicos, etc, quantos custos indiretos como a perda de produtividade no trabalho. Esse estudo, realizado para os Estados Unidos, inferiu que o total de custos estimados da violência sexual, para o ano de 1995, foi de 5.8 bilhões de dólares.

Portanto, entendendo a importância do caso tratado, o presente estudo busca enriquecer a literatura sobre violência sexual de forma quantitativa, buscando associação entre o ato de agressão e suas características relacionadas, conforme informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, para o período de 2011 a 2014. O trabalho visa contribuir indicando a formação de políticas públicas de combate a violência sexual, como, por exemplo, de fomento a informação, como forma de reduzir a subnotificação de casos de violência sexual.

Como estratégia de estimação, devido ao caráter binário da variável de interesse, recorre-se ao modelo de regressão logística. Além disso, como a base de dados para os anos selecionados é formada por *cross section* independentes, propõe-se a construção de um pseudo-painel, seguindo a abordagem de Moffit (1993) para a estimação com variáveis categóricas, sendo também uma contribuição metodológica do presente trabalho.

Além desta introdução, o artigo está disposto em uma revisão sobre a literatura multidisciplinar

sobre estupro na seguinte sessão, uma revisão metodológica sobre a ferramenta utilizada e a base de dados, resultados e considerações finais. O estudo não intenciona fazer abordagens de causalidade, tratando apenas da associação entre os casos de agressão e as demais informações tratadas como explicativas.

2 Revisão de literatura

Crimes violentos nem sempre são afetados pelo caráter financeiro da prática, tendo em vista que o indivíduo não necessariamente o perpetua de forma a esperar um retorno econômico deste tipo de agressão. Araujo Jr. e Fajnzylber (2000) retratam que crimes violentos são melhores explicados por um enfoque sociológico do que econômico, propriamente dito, onde o agente praticamente não tem os canais de influência bem definidos para a agressão através de um viés econômico. Isto é refletido no fato de que, conforme o achado pelos autores, regiões com nível educacional mais elevado apresentam menor propensão a prática de crimes violentos; o que envolve, mesmo que implicitamente, o caráter de moralidade na formação dos indivíduos.

Marshall e Barbaree (1990) argumentam que a criação disfuncional de jovens que sofrem abusos gera um efeito de perpetuação deste tipo de casos nos seus anos posteriores. Isto demonstra a importância de se tratar de casos onde o perfil pode ser identificado e, dessa forma, influenciar na mitigação do problema. Os autores colocam que agentes que vivenciam este tipo de trauma apresentam dificuldade de discernimento entre o comportamento agressivo e sexual, causando confusão quanto a expressão do indivíduo em relação ao seu entendimento da prática sexual, apresentando um desvio no comportamento dessa pessoa ao longo do seu desenvolvimento, potencializando o risco de se tornar um agressor.

Ward e Beech (2006) definem que uma abordagem teórica para a agressão sexual se estratifica de quatro maneiras: o caráter histórico do agressor, que envolve seu desenvolvimento ao longo dos anos como vivência com episódios de agressividade ou até mesmo episódios criminosos; fatores de impulsividade e um alto nível anti-social do indivíduo; a relação ecológica do agente, explicada em formas de desvios causados por pares de influência e ausência de suporte de em práticas positivas; fatores clínicos, expressados na forma de dificuldades sociais e problemas psicológicos propriamente ditos. Os autores ainda ressaltam que, de encontro com a relação supracitada de Marshall e Barbaree (1990), episódios traumáticos vivenciados por um agente na sua formação na infância podem representar um comportamento totalmente desviado de seu reconhecimento emocional, culminando no risco deste se tornar um agressor sexual.

Beitchman et al. (1992) evidenciam que episódios de abusos vivenciados por muito tempo durante a formação de um indivíduo o leva a apresentar disfunções psicológicas claras no seu ambiente social, uma vez que ele desenvolve impulsos por se afirmar sexualmente, apresentar má inserção social e apresentar confusão quanto a sua identidade sexual. Ward et al. (1996) argumentam que indivíduos que agem, como eles chamam, de maneira desdenhosa ou despreocupada são mais propensos a se tornarem agressores sexuais; isso se dá devido a má conduta do primeiro caso perante mulheres adultas, e na busca por aprovação do segundo caso, que dentro deste ambiente de insegurança procura relações sexuais com jovens.

Há também uma linha de pensamento que relaciona o comportamento sexual agressivo com o fato de o homem se colocar culturalmente como privilegiado, o que também recai sobre o papel do seu nicho de desenvolvimento, criando vínculos de imposição frente as suas interações sociais. Isto, por consequência, cria uma relação entre alguns indivíduos totalmente disfuncional no sentido afetivo, onde um agente passa a acreditar ter o direito de agredir sexualmente os demais, confundindo totalmente tal comportamento com a sua prática normal dentro de um ambiente (MASSERSCHMIDT, 2000).

Todo o distúrbio, causado em como o indivíduo se coloca perante o seu comportamento sexual, não recai apenas a prática contra mulheres desconhecidas, mas, conforme evidenciam Cerqueira, Coelho e Ferreira (2017), as vítimas incluem também familiares, incluindo até mesmo filhos, que relutam com o fato de carregar consequências psicológicas duradouras por uma vida. Facuri et al. (2013) relatam que as consequências estendem-se ao âmbito físico e mental, carregando consigo diversos problemas muitas vezes irreversíveis. Retomando Cerqueira, Coelho e Ferreira (2017), o estupro, em particular, é uma das violências físicas e simbólicas com consequências mais danosas, não apenas no âmbito pessoal, mas também no econômico, porque constitui um dos atos mais bárbaros contra a dignidade humana, que se refere ao vilipêndio do próprio corpo e dos valores atávicos fundamentais.

Ribeiro, Ferriani e Reis (2004) notam que no caso de violência sexual intrafamiliar, a criança ou adolescente do sexo feminino são as mais vitimadas, visto que o adulto exerce sobre elas o seu controle de forma física e psicológica, orientando-as a agir de maneira que se portem submissas as suas práticas criminosas. Crianças e adolescentes além de apresentarem pouca resistência física por si, ainda se desenvolvem de forma a apresentar obediência aos pais e mais velhos, o que influi na sua vulnerabilidade a atuação de um agressor sexual em potencial.

Godoy Martins e Mello Jorge (2010) avaliaram casos de violência sexual contra crianças e adolescentes para o município de Londrina (PR) através de dados de recorte transversal, retirados dos registros do Conselho Tutelar, verificando predominância de vítimas do sexo feminino – com maior incidência entre as meninas de 10 anos –, e agressores do sexo masculino em quase toda amostra observada. Dentre os resultados encontrados, as autoras relatam baixa taxa de denunciante entre pais e mães (8,1% e 5,7%, respectivamente), o que pode indicar vulnerabilidade às vítimas no que se refere aos seus responsáveis primários. Ressalta-se ainda que na maioria do que fora relatado, as agressões aconteceram na própria casa das vítimas, tendo em pessoas conhecidas também o maior número de incidência entre agressores; reforçando que, na maior parte, o praticante da agressão era homem (97,3% dos casos). Justino et al. (2011) encontrou resultados semelhantes ao analisar dados recolhidos também junto ao Conselho Tutelar em Campo Grande (MS), reforçando a ideia da prevalência de vítimas do sexo feminino e agressão em perpetuada em ambiente domiciliar.

Abordando a caracterização do contexto deste tipo de crime, considerando apenas mulheres, Lopes et al. (2004) avaliaram prontuários do Projeto Maria-Maria em Teresina (PI) buscando elaborar informações quanto a violência em si e o seu contexto. Os autores encontraram predominância de vítimas menores de 20 anos, mulheres solteiras e de baixa escolaridade; a localidade de consumação da agressão de maior incidência foi lugares desabitados, relatando-se que os agressores eram em sua maioria desconhecidos, quando consideradas vítimas adolescentes ou maiores, já quando a parcela de

vítimas são crianças, as agressões costumam ocorrer em casa e praticadas por conhecidos. De novo, diferentemente dos casos em mulheres com um maior grau de independência, onde o maior risco de vitimização parece ser em locais de pouca visibilidade, sendo a agressão praticada por desconhecidos, os informativos referentes as crianças chamam atenção para o fato do risco eminente de conviver diariamente com o agressor, tornando-as ainda mais vulneráveis.

Conforme visto em Assis et al. (2004), a experiência de episódios de abusos nas fases iniciais de vida apresentam impacto direto no desenvolvimento dos indivíduos, indo além das sequelas físicas e se manifestando em diversos distúrbios sociais, podendo se expressar até mesmo de forma transgressora. Os autores avaliaram casos de abusos vivenciados (não apenas sofridos) por adolescentes em São Gonçalo (RJ), onde 11% dos indivíduos que constituíam a amostra sofreram ou testemunharam abuso sexual. Dentre os resultados, o estudo em questão indica que existe associação clara entre os adolescentes se desenvolverem em meio a violência e um desvio da sua formação social, expressa pela representação que os adolescentes tem de si mesmos.

Ainda tratando sobre a exposição de adolescentes a casos de violência sexual, Polanczyk et al. (2003) fazem um levantamento entre alunos da rede estadual de Porto Alegre (RS), onde constatam que a maioria da amostra entrevistada relata ter vivenciado algum tipo de contato com este tipo de crime, seja sofrendo, testemunhando ou conhecendo alguém que tenha sofrido. Os resultados indicam a alta incidência deste problema entre os adolescentes avaliados e relata para a maior chance de exposição em casos de alta densidade domiciliar, tendo nas vítimas a predominância de garotas.

Schraiber et al. (2006) relatam, em estudo que analisa a violência sexual entre parceiros íntimos para o Brasil, a prevalência de casos contra mulheres em todas as categorias estudadas, com exceção para casais homo/bi afetivos, e negros, independente do sexo. Já no âmbito socioeconômico, pessoas com renda e escolaridade menores apresentaram maior incidência de vitimização neste quesito. .

O enfoque da violência sexual, como já dito, tem um caráter mais sociológico do que econômico. No entanto, o que existe nos casos de violência sexual, além de todos traumas gerados, são consequências econômicas, principalmente quanto aos custos de sofrer um ato de violência. As vítimas acabam sendo afetadas por dois canais de custos (CDC, 2003): (i) os custos diretos, que abrangem todos os gastos das vítimas com assistência médica – hospitalização, consultas clínicas, exames, profissionais de saúde mental, fisioterapeutas, etc; (ii) os custos indiretos que incluem a perda de produtividade do trabalho, e o valor presente dos ganhos das vítimas fatais. É evidente que os custos diretos estão relacionados a dispêndios monetários diretos que as vítimas que sofrem algum ato de violência precisam arcar, no entanto, os custos indiretos são fator de um canal pós-traumático das vítimas, que conforme McCauley et al (1995) abrangem problemas de saúde, tais como distúrbios de sono e dores crônicas, que consequentemente limitam o dia-a-dia das vítimas, com consequências futuras em suas produtividades.

É notável que o problema relacionado a violência sexual é grave no Brasil, até por se tratar de uma espécie de agressão de tamanha complexidade para a sociedade. Esta prática implica em custos irreversíveis na vida de suas vítimas e entes relacionados, podendo ir desde distúrbios e sequelas psicológicas a doenças relacionadas ao ato. No geral, a mulher se encontra muito mais fragilizada perante este tipo de crime, independente da sua idade. Quanto mais jovens, isto é, crianças e adoles-

centes, mais próximo e mais comum às vítimas aparenta ser o agressor e o local onde são abusadas. É difícil traçar a motivação de um agressor que comete tamanha barbárie, embora se identifique que o ambiente onde tal problema ocorre tende a ser em castas menos abastadas da sociedade. É importante se lançar luz a todas as características possíveis de associação do perfil da vítima e agressores para tentar compreender melhor este tipo de tipologia criminal, buscando principalmente a prevenção.

3 Metodologia

Os dados utilizados nesse trabalho são referentes aos microdados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN)⁶ para os anos de 2011 a 2014. A variável dependente - e as independentes também, conforme pode ser conferido na Tabela 1 - é binária, logo estima-se os resultados por meio de um modelo logit. No entanto, nos dados do SINAN não há o acompanhamento do mesmo indivíduo ao longo do tempo - por mais que um indivíduo possa ter sofrido com alguma agressão sexual em um ano e no outro, não serão todos que passarão por isso -, então o que existe são cortes transversais repetidos, que permitem a construção de um *pseudo-painel*. Ainda que haja uma limitação em dados de cortes transversais repetidos, quando comparado com painéis genuínos - em vista da perda do controle de heterogeneidades individuais -, há a contrapartida de que cortes transversais repetidos possuem menos problemas de atrito e não-resposta que um corte individual (VERBEEK, 2008).

Tabela 1: Variáveis utilizadas

Variável	Descrição	Cálculo
out_vezes	Se a violência é de repetição	=1 se é repetição; =0 se é primeiro caso
fundamental	Se a vítima é analfabeta ou se possui no máximo ensino fundamental	=1 se analfabeta ou possui ensino fundamental; =0 se possui ensino médio ou superior
branco	Se a vítima é de raça branca	=1 se é branco; =0 se é negro ou pardo
solteiro	Se a vítima é solteira	=1 se é solteiro; =0 se é casado
zona	Se a vítima reside em residência de zona urbana	=1 se reside em zona urbana; =0 se reside em zona rural
residência	Se a ocorrência de estupro foi na residência da vítima	=1 se ocorre na residência; =0 se ocorreu em outros lugares
def_transtorno	Se a vítima possui alguma deficiência ou transtorno mental	=1 se possui deficiência ou transtorno; =0 se não possui
rel_desconhecido	Se o agressor é desconhecido da vítima	=1 se é desconhecido; =0 se é conhecido

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados

A estratégia metodológica escolhida para esse trabalho é o modelo logit, onde a variável dependente é binária, assumindo valores 1 ou 0, ou, respectivamente, ocorrência ou não da hipótese

⁶Para dúvidas em relação a história e sobre a amostra de dados do SINAN, conferir Cerqueira, Coelho e Ferreira (2017)

testada. Diferentemente de modelos lineares padrão, o logit terá resultados qualitativos, tendo como sua análise principal residindo na probabilidade $p(x)$ de y assumir a resposta de sucesso, 1, ou de fracasso, 0 (WOOLDRIDGE, 2010):

$$p(x) \equiv P(y = 1|X) = g(X\beta) \quad (1)$$

Onde X é o vetor de covariadas, β é o vetor de parâmetros, e $G(X\beta)$ é uma função que ser definida por $G(X\beta) = z$ ou $G(z) = z$ e dita que as respostas de probabilidade devem assumir valores entre 0 e 1 para todos X e β (WOOLDRIDGE, 2010).

A proposta do presente artigo é avaliar o efeito das variáveis explicativas na probabilidade de uma mulher sofrer um ato de violência sexual repetido, que é o caso de sucesso, $y = 1$. A seguinte equação pode ser apresentada por um modelo logit que considera uma função de distribuição acumulada logística:

$$G(z) = \frac{1}{1 + e^{-z}} = \frac{e^z}{1 + e^{-z}} \quad (2)$$

A interpretação dos resultados do modelo logit não leva em conta a magnitude dos coeficientes estimados, o que significa neste caso apenas o sentido da associação entre as variáveis, tendo seu principal resultado para análise da probabilidade de um evento ocorrer, dada determinada variável, nas razões de chance, ou *odds ratio*. As *odds ratio* demonstram a interação entre o sucesso – ou seja, y assumir valor 1 – da resposta na variável dependente sendo provocado por uma variável independente (DEE, 2005 apud BECKER; KASSOUF, 2016).

Para a obtenção da razão de chances (*odds ratio*) tem-se a seguinte equação para o caso de o evento ocorrer:

$$\frac{p}{1-p} = \frac{1 + e^z}{1 + e^{-z}} = \frac{1}{1 + e^{-z}} \quad (3)$$

Ao linearizar a equação acima de razões de chances, chega-se ao resultado de o evento acontecer, relacionando linearmente o log da razão de chances e o vetor de variáveis independentes, de forma (onde L representa o logit do modelo):

$$L = \ln\left(\frac{1}{1-p}\right) = z \quad (4)$$

Intuitivamente, o presente estudo visa inferir a probabilidade de ocorrer violência sexual contra mulheres ($y = 1$) através da estimação das razões de chance confrontada com as variáveis testadas no modelo.

Agora assumindo a seguinte equação:

$$y_{it}^* = \beta x'_{i(t)t} + \theta_{i(t)} + u_{i(t)t}, t = 1, \dots, T; u_{i(t)t} \sim N(0, 1) \quad (5)$$

Onde y_{it}^* é uma variável latente dada por: $y_{it} = 1$ se $y_{it}^* > 0$ e $= 0$ caso contrário, $i(t)$ indica que os indivíduos são distintos em cada ponto no tempo, $x'_{i(t)t}$ é o vetor de variáveis independentes, $u_{i(t)t}$ é o termo de erro estocástico, $\theta_{i(t)}$ são os efeitos individuais não observados.

Para uma estimativa de efeitos fixos, ou seja, assumindo que $\theta_{i(t)}$ e x_{it} sejam correlacionados, usa-se a abordagem de Moffitt (1993) que estima o modelo de escolha binária contendo *dummies* de *coorte*. Um primeiro passo para estimação é considerar que o efeito individual $\theta_{i(t)}$ é decomposto entre a média da amostra da *coorte* para cada t e um termo de desvio dessa média, $\theta_{i(t)} = \bar{\theta}_{ct} + v_{i(t)}$. Ainda decompõe-se a média da amostra da *coorte* em dois, média populacional da *coorte* e um termo que representa o erro da amostragem, $\bar{\theta}_{ct} = \bar{\theta}_c^* + v'_{c(t)}$. Substituindo as equações anteriores, chega-se a:

$$\theta_{i(t)} = \bar{\theta}_c^* + v'_{c(t)} + v_{i(t)} \quad (6)$$

Logo, é possível representar o $\bar{\theta}_c^*$ na equação incluindo *dummies* das *coortes*. Para que sua estimativa seja consistente é necessário que o tamanho da amostra tenda ao infinito ($N \rightarrow \infty$) e que o número de *coortes* seja fixo (MOFFITT, 1993), assim $v'_{c(t)} \rightarrow 0$ e $v_{i(t)}$ torna-se i.i.d. de t . Rearranjando os termos, a equação (9) torna-se:

$$y_{i(t)t}^* = \beta x'_{it} + \bar{\theta}_c^* + v'_{c(t)} + u_{i(t)t}, t = 1, \dots, T \quad (7)$$

4 Resultados

4.1 Características das vítimas, dos criminosos, dos crimes e das suas consequências

Esse subtópico tem como objetivo retratar algumas estatísticas descritivas do estupro no Brasil, com o intuito de mostrar uma intuição quanto aos fatores associados ao mesmo. Essa análise se torna interessante pois traz alguns tópicos para a discussão que não poderiam ser abordados pelas estimações econométricas, devido a limitação da base de dados na escolha dos modelos a serem estimados. Logo abaixo é feita uma análise para os anos de 2011 e 2014, sobre um conjunto de variáveis que retratam características das vítimas, dos criminosos, dos crimes e das suas consequências.

É notável nas Tabelas 3 e 4, presentes no apêndice, que a maioria dos casos de estupro são sobre mulheres, chegando próximo a 90% das ocorrências totais, em ambos anos analisados. Além disso, é perceptível que os grandes alvos de estupros são crianças e adolescentes, com 43% e 26% do total de casos. Ainda sobre as características das vítimas, é possível destacar que a maioria das vítimas é da raça branca e parda, solteira, heterossexual e com baixo nível educacional. Também se destaca que quase 8% do total de casos é sobre pessoas com algum tipo de deficiência ou transtorno.

Nas Tabelas 5 e 6 é possível analisar algumas características quanto aos atos de estupro. Uma variável interessante na análise é a de se a ocorrência do ato de estupro está ocorrendo pelo menos pela segunda vez. No total de casos, vê-se que no ano de 2011, 35% era reincidente, já em 2014 esse valor foi de aproximadamente 45%. As crianças e os adolescentes são os mais afetados para esse caso, bem como sobre a variável que mostra que a maioria dos casos estão relacionados a um agressor. Quase 60% dos crimes são cometidos na residência da vítima, tanto em 2011 quanto em 2014. Logo, com a análise das variáveis acima é possível perceber um padrão: crianças e adolescentes sofrem mais com atos em suas próprias residências tendo, na maioria dos casos, apenas um indivíduo envolvido e com alta chance de ser um ato reincidente. Ainda nas Tabelas 5 e 6 é possível ver a distribuição

dos crimes de acordo com o meio de agressão utilizado no crime. A maioria foi praticada com força corporal e ameaça por parte do criminoso. Além disso, em torno de 85% dos casos ocorrem na zona urbana, e ainda que a minoria ocorra na zona rural, é destacável o grande número de casos nessa região.

Com as Tabelas 7 e 8 pode-se ter uma maior identificação do agressor e a sua relação com as vítimas. Um primeiro destaque é que crianças e adolescentes são mais vitimadas por pessoas conhecidas – pai, mãe, padrasto, amigo, etc. -, enquanto que adultos sofrem mais crimes por desconhecidos. Isso corrobora com o alto percentual de casos sofridos por adultos em via pública, visto nas tabelas anteriores. O outro resultado que corrobora é que o agressor de crianças e adolescentes é na maioria das vezes pessoas que vivem junto a ela, o que explica a maioria dos casos ocorrer na residência.

Por fim, as Tabelas 9 e 10 trazem algumas estatísticas quanto as consequências do estupro. Destaca-se o percentual de pessoas que contraíram DST's, engravidaram, abortaram, tentaram suicídio, tiveram algum transtorno mental e comportamental. Para esses casos, destaca-se o percentual total de ocorrências. Do total de casos, 954 pessoas engravidaram e dessas 157 fizeram aborto previsto por lei. Além disso, 464 contraíram DST's, 358 tiveram transtorno mental e 1713 transtorno comportamental.

4.2 Resultados do modelo

Nesse subtópico são apresentados os resultados do modelo logit e as razões de chance de ocorrência do fenômeno. São feitos dois recortes na amostra: um que abrange adultos de 18 a 65 anos e outro que abrange desde recém nascidos até adolescentes de 17 anos. Essa divisão é feita para poder trabalhar com variáveis de estado civil e educação, que não são respondidas somente pelos indivíduos maiores de idade. Para fins de análise serão interpretadas as probabilidades de ocorrência de cada variável por meio das razões de chance, em vista que o coeficiente do modelo logit só dá a intuição se o efeito é negativo ou positivo.

Analisando a Tabela 2 para as crianças, pode-se ter uma noção do perfil das vítimas de estupro recorrente. Pode-se perceber que há uma maior probabilidade de ocorrência de estupro recorrente de mulheres que vivem em zona rural, em comparação com mulheres da zona urbana. Além disso, há uma probabilidade maior de 138% de chances de ocorrência de estupro recorrente em casa do que em outros lugares, bem como uma maior probabilidade de que quem cometa esse ato ser um conhecido a vítima. Por fim, mulheres com alguma deficiência ou transtorno possuem uma probabilidade maior de 55% chances de sofrer um estupro recorrente do que pessoas que não possuem nenhum desses problemas. A variável de raça foi a única a não ter resultado estatisticamente significativo.

Nos resultados do modelo para adultos é possível analisar, além das variáveis analisadas para as crianças, o nível de educação e o estado civil das vítimas. Os solteiros tem uma menor probabilidade de sofrer estupro recorrente em comparação com os casados, e as mulheres com menor nível educacional possuem uma probabilidade maior de 19% de sofrer estupro recorrente do que pessoas com nível educacional maior. Além disso, os resultados são parecidos com as das crianças, isto é, há uma maior probabilidade que os atos de estupro recorrente ocorram se o ato for na residência, se o agressor é conhecido, e se a vítima possuir alguma deficiência ou transtorno. Nesse modelo a variável de zona

Tabela 2: Resultados modelo logit

	Criança		Adulto	
	Logit	Odds ratio	Logit	Odds ratio
fundamental	-	-	0,175*	1,191*
			(0,050)	(0,060)
branco	0,008	1,008	-0,09	0,913
	(0,004)	(0,048)	(0,071)	(0,065)
solteiro	-	-	-0,381*	0,682*
			(0,053)	(0,036)
zona	-0,106*	0,898*	0,119	1,127
	(0,003)	(0,034)	(0,085)	(0,096)
residência	0,870*	2,388*	0,788*	2,2*
	(0,038)	(0,075)	(0,052)	(0,116)
def_transtorno	0,441*	1,554*	0,609*	1,839*
	(0,060)	(0,094)	(0,073)	(0,135)
rel_desconhecido	-1,444*	0,235*	-1,531*	0,216*
	(0,042)	(0,009)	(0,054)	(0,011)
Dummies coortes	Sim	Sim	Sim	Sim
Dummies UF	Sim	Sim	Sim	Sim
Dummies período	Sim	Sim	Sim	Sim
Dummies gpidade	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaboração dos autores; Erros padrões robustos entre parênteses; * significativos à 1%

de residência não foi significativa, assim como a variável de raça.

Os resultados acima podem trazer alguns *insights* quanto ao perfil das vítimas, e também do motivo de haver um alto nível de subnotificação de casos de violência sexual no Brasil. Como pôde-se ver, há uma indicação de que o perfil das vítimas é ter baixo nível educacional, possuir alguma deficiência, já o perfil do agressor é ser conhecido da vítima e o do ato é que tenha ocorrido em casa, ou seja, é um esteriótipo de vítima mais frágil, e que possui uma relação muito próxima ao agressor - podendo ser seu pai, mãe, padrasto, etc -, o que dificulta com que a mesma relate a violência as autoridades. Muitas dessas vítimas podem estar denunciando pela primeira vez sua vitimização, enquanto que já podem ter sofrido com violentação diversas outras vezes antes. Os resultados se mostraram parecidos para crianças e adultos, cabendo destacar, além de todos efeitos analisados, a maior fragilidade das crianças e a sua dificuldade em poder relatar que sofreu algum ato violento de alguém da sua família.

4.3 Limitações

Essa subseção tem como objetivo relatar algumas limitações que o artigo apresenta, afim de informar o leitor que os resultados não tem como objetivo trazer nenhuma inferência causal, mas sim uma relação de variáveis que ajude a traçar algum perfil de vítima e agressor no fomento a políticas de combate a violência sexual contra a mulher no Brasil. Cabe ressaltar que os resultados apresentados valem apenas para a amostra de dados utilizada, ou seja, para todos os casos de violência denunciados e relatados pelo SINAN entre os anos de 2011 e 2014.

Uma primeira limitação é o possível viés de auto-seleção presente nas estimações. Isso pode ocorrer porque os dados são de registros administrativos, ou seja, são apenas de pessoas que sofreram algum ato violento e relataram esse ato em algum estabelecimento de saúde, não havendo informações de quem sofreu e não relatou, ou seja, quem denunciou um ato violento possui alguma característica que o difere de quem denunciou. Além disso, pode ocorrer, principalmente com crianças, que ela reporte o crime ao seu responsável, mas o mesmo não reporte às autoridades. Esse é um problema que pode existir, mas é minimizado pois se um médico identificar que algum menor de idade tenha sido violentado, ele é assegurado por lei fazer o registro, mesmo sem a liberalização dos pais. Uma outra limitação dos dados, conforme Cerqueira, Coelho e Ferreira (2017) é que não há uma distribuição uniforme no Brasil de estabelecimentos de saúde que repassem as informações para o SINAN.

Os resultados encontrados nesse artigo estão de acordo com a literatura que trata de violência sexual contra mulher. É possível tanto perceber conferindo a revisão de literatura desse trabalho, como também comparando com outro trabalho que utilizou dados do SINAN, o que assegura que, mesmo com limitações, o trabalho é relevante dentro da literatura.

5 Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo trazer algumas reflexões quanto a violência sexual contra a mulher no Brasil. Cabe destacar a noção das limitações do trabalho, principalmente do viés de auto-seleção dos dados, mas é necessário frisar a pouca quantidade trabalhos do tema, e da importância, ainda que limitada, de trabalhos como esse para fomento de políticas públicas que ajudem na redução da criminalidade.

Os resultados são alarmantes, pois muitos dos casos são sobre crianças, com ação de pessoas próximas e na própria residência que a criança mora. Esse tipo de resultado demonstra muito do porque há grandes limitações quanto a subnotificação em trabalhos de violência sexual, em vista da dificuldade de identificação desses casos. Esses resultados encontrados para crianças também são verificados para mulheres adultas.

Com os resultados encontrados fica claro que são necessárias políticas públicas de várias áreas para tentar combater a violência sexual no Brasil. Uma combinação de políticas de saúde pública, de aumento de informação da população e de educação infantil hoje em dia são essenciais.

Por fim, destaca-se a importância do empoderamento feminino, principalmente no que tange a igualdade de gênero no mercado de trabalho sem distinção de salários. Isso é comprovado por Aizer (2010) que retrata que um aumento na renda relativa de uma mulher e diminuições do hiato salarial entre homens e mulheres reduzem a violência contra as elas. O presente artigo, por limitação da base de dados, não utilizou uma variável de renda feminina, mas alerta que a melhora na igualdade de gênero pode ser um fator que contribua para a redução da violência contra mulheres.

Referências

AIZER, A. The gender wage gap and domestic violence. *American Economic Review*, v. 100, n. 4, p. 1847-59, 2010.

ARAÚJO JR., A.; FAJNZYLBBER, P. Crime e economia: um estudo das microrregiões mineiras. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 31, n. especial, p. 630-659, 2000.

ASSIS, S. G. et al. Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Publica*, v. 16, p. 43-51, 2004.

BECKER, K.; KASSOUF, A. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. *Nova Economia*, v. 26, n. 2, 2016.

BEITCHMAN, J. H. et al. A review of the long-term effects of child sexual abuse. *Child abuse neglect*, v. 16, n. 1, p. 101-118, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://u.saude.gov.br/im/2016/fevereiro/16/instrutivo-ficha-sinan-5-1-vers-o-final-15-01-2016.pdf>.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL - CDC. Costs of Intimate Partner Violence Against Women in the United States. Department of Health and Human Services. Atlanta, GA: Centers for Disease Control, 2003.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C.; FERREIRA, H. Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 24-48, 2017.

FACURI, C. de O. et al. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, p. 889-898, 2013.

GODOY MARTINS, C. B.; MELLO JORGE, M. H. P. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto Contexto Enfermagem*, v. 19, n. 2, p. 246-255, 2010.

JUSTINO, L. C. L. et al. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA ADOLESCENTES: notificações nos Conselhos Tutelares, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 32, n. 4, p. 781., 2011

KRUG, E. G. et al. Relatório mundial sobre a violência e saúde. Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2002.

LOPES, I. M. R. S. et al. Caracterização da violência sexual em mulheres atendidas no projeto Maria-Maria em Teresina-PI. *RBGO*, v. 26, n. 2, p. 111-6, 2004.

MCCAULEY, J. et al. The “battering syndrome”: prevalence and clinical characteristics of domestic violence in primary care internal medicine practices. *Annals of internal medicine*, v. 123, n. 10, p. 737-746, 1995.

MARSHALL, W. L.; BARBAREE, H; E. An integrated theory of the etiology of sexual offending. In: *Handbook of sexual assault*. Springer, Boston, MA, 1990. p. 257-275.

MESSERSCHMIDT, J. W. Becoming “real men” adolescent masculinity challenges and sexual violence. *Men and masculinities*, v. 2, n. 3, p. 286-307, 2000.

MOFFITT, R. Identification and estimation of dynamic models with a time series of repeated cross-sections. *Journal of Econometrics*, v. 59, n. 1-2, p. 99-123, 1993.

POLANCZYK, G. V. et al. Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre,

Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 37, p. 8-14, 2003.

RIBEIRO, M. A.; FERRIANI, M. das G. C.; REIS, J. N. dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. Cadernos de Saúde Pública, v. 20, p. 456-464, 2004.

SCHRAIBER, L. B.; OLIVEIRA, A. F.; COUTO, M. T. Violência e saúde: estudos científicos recentes. Revista de Saúde pública, v. 40, p. 112-120, 2006.

VERBEEK, M. Pseudo-panels and repeated cross-sections. In: The econometrics of panel data. Springer, Berlin, Heidelberg, 2008. p. 369-383.

WARD, T.; BEECH, A. An integrated theory of sexual offending. Aggression and violent behavior, v. 11, n. 1, p. 44-63, 2006.

WARD, T.; HUDSON, S. M.; MARSHALL, W. L. Attachment style in sex offenders: a preliminary study. Journal of Sex Research, v. 33, n. 1, p. 17-26, 1996.

WOOLDRIDGE, J. M. Econometric analysis of cross section and panel data. MIT press, 2010.

Apêndice

Tabela 3: Características das vítimas em 2011

	Recém nascido	Criança	Adolescente	Adulto	Idoso	Total
Sexo						
Feminino	2,36% (373)	33,42% (5279)	24,76% (3911)	25,04% (3956)	0,75% (118)	86,33% (13637)
Masculino	0,68% (108)	10,18% (1608)	1,82% (287)	0,92% (146)	0,06% (9)	13,66% (2158)
Ignorado	0% (0)	0% (0)	0,01% (2)	0% (0)	0% (0)	0,01% (2)
Raça						
Branca	1,20% (190)	16,79% (2652)	9,51% (1503)	11,22% (1773)	0,42% (66)	39,15% (6184)
Preta	0,18% (28)	3,53% (557)	2,41% (380)	2,67% (422)	0,05% (8)	8,83% (1395)
Amarela	0,02% (3)	0,35% (55)	0,28% (44)	0,22% (35)	0% (0)	0,87% (137)
Parda	1,10% (173)	17,13% (2706)	11,50% (1816)	9,08% (1434)	0,30% (47)	39,10% (6176)
Indígena	0,03% (4)	0,37% (59)	0,14% (22)	0,10% (16)	0% (0)	0,64% (101)
Ignorado	0,53% (83)	5,43% (758)	2,76% (435)	1,88% (297)	0,04% (6)	11,42% (1804)
Escolaridade						
Analfabeto	0% (0)	0,22% (34)	0,20% (32)	0,55% (87)	0,11% (18)	1,08% (171)
Fundamental	0% (0)	19,92% (3150)	15,88% (2509)	7,88% (1246)	0,33% (52)	44,03% (6955)
Médio	0% (0)	0,23% (37)	4,17% (659)	7,28% (1150)	0,06% (9)	11,74% (1855)
Superior	0% (0)	0% (0)	0,08% (12)	2,56% (405)	0,04% (6)	2,69% (425)
Ignorado	0,02% (3)	3,75% (591)	4,06% (642)	5,13% (810)	0,25% (40)	13,21% (2086)
Não se aplica	3,03% (478)	19,48% (3078)	2,19% (346)	2,55% (404)	0,01% (2)	27,26% (4308)
Estado civil						
Solteiro	0% (0)	10,05% (1588)	22,38% (3536)	14,54% (2297)	0,14% (22)	47,12% (7443)
Casado	0% (0)	0,25% (39)	1,34% (212)	6,89% (1088)	0,21% (33)	8,67% (1369)
Viúvo	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0,44% (70)	0,29% (46)	0,73% (116)
Separado	0% (0)	0% (0)	0,02% (3)	2,01% (318)	0,08% (13)	2,13% (337)
Não se aplica	3,04% (481)	32,19% (5085)	1,38% (218)	0,24% (38)	0,02% (3)	36,87% (5825)
Ignorado	0% (0)	1,11% (175)	1,46% (231)	1,85% (291)	0,07% (10)	4,48% (707)
Deficiência/transtorno						
Sim	0,09% (15)	2,09% (330)	2,06% (325)	3,11% (491)	0,14% (22)	7,49% (1183)
Não	2,34% (370)	36,96% (5838)	22,22% (3510)	20,26% (3200)	0,60% (94)	82,37% (13012)
Ignorado	0,61% (96)	4,55% (719)	2,31% (365)	2,60% (411)	0,07% (11)	10,14% (1602)
Orientação sexual						
Heterossexual	0% (0)	3,36% (531)	11,47% (1812)	16,43% (2595)	0,37% (59)	31,63% (4997)
Homossexual	0% (0)	0,23% (37)	0,39% (62)	0,67% (106)	0,01% (1)	1,30% (206)
Bisexual	0% (0)	0,04% (6)	0,19% (30)	0,25% (40)	0,01% (2)	0,49% (78)
Ignorado	3,04% (481)	39,96% (6313)	14,53% (2296)	8,62% (1361)	0,41% (65)	66,57% (10516)

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados

Tabela 4: Características das vítimas em 2014

	Recém nascido	Criança	Adolescente	Adulto	Idoso	Total
Sexo						
Feminino	2,04% (520)	31,34% (8006)	27,66% (7066)	26,16% (6684)	0,93% (237)	88,12% (22513)
Masculino	0,40% (101)	8,78% (2243)	1,60% (408)	0,99% (253)	0,11% (27)	11,87% (3032)
Ignorado	0% (0)	0% (0)	0,01% (2)	0% (0)	0% (0)	0,01% (2)
Raça						
Branca	0,84% (211)	14,04% (3523)	8,92% (2238)	10,88% (2730)	0,44% (111)	35,11% (8813)
Preta	0,18% (44)	3,10% (779)	2,49% (626)	3,02% (757)	0,11% (27)	8,90% (2233)
Amarela	0,02% (6)	0,24% (61)	0,17% (42)	0,20% (50)	0,01% (2)	0,64% (161)
Parda	0,98% (245)	17,65% (4430)	14,80% (3714)	10,90% (2735)	0,36% (90)	44,68% (11214)
Indígena	0,05% (12)	0,43% (109)	0,34% (85)	0,19% (48)	0,02% (5)	1,03% (259)
Ignorado	0,35% (87)	4,57% (1147)	2,65% (665)	1,98% (497)	0,09% (22)	9,63% (2418)
Escolaridade						
Analfabeto	0% (0)	0,14% (35)	0,24% (61)	0,55% (141)	0,14% (37)	1,07% (274)
Fundamental	0% (0)	17,65% (4509)	16,62% (4245)	7,86% (2008)	0,37% (97)	42,51% (10860)
Médio	0% (0)	0,19% (48)	5,18% (1324)	7,97% (2036)	0,06% (16)	13,41% (3424)
Superior	0% (0)	0% (0)	0,07% (19)	3,09% (789)	0,02% (5)	3,18% (813)
Ignorado	0,29% (74)	5,63% (1439)	7,15% (1827)	7,68% (1962)	0,43% (109)	21,18% (5411)
Não se aplica	2,14% (546)	16,51% (4218)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	18,65% (4765)
Estado civil						
Solteiro	0% (0)	10,05% (2567)	22,81% (5827)	14,87% (3800)	0,15% (39)	47,88% (12233)
Casado	0% (0)	0,21% (53)	2,54% (650)	7,32% (1869)	0,27% (70)	10,34% (2642)
Viúvo	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0,40% (102)	0,35% (89)	0,75% (192)
Separado	0% (0)	0% (0)	0,05% (12)	2,06% (525)	0,10% (25)	2,21% (565)
Não se aplica	2,43% (621)	28,88% (7379)	1,97% (504)	0,31% (78)	0% (0)	33,59% (8581)
Ignorado	0% (0)	0,97% (250)	1,89% (483)	2,20% (563)	0,16% (41)	4,22% (1334)
Deficiência/transtorno						
Sim	0,05% (13)	1,77% (451)	1,93% (494)	3,59% (916)	0,23% (58)	7,56% (1932)
Não	1,87% (479)	33,27% (8499)	24,33% (6215)	20,42% (5216)	0,67% (172)	80,56% (20581)
Ignorado	0,50% (129)	5,08% (1299)	3% (767)	3,15% (805)	0,13% (34)	11,88% (3034)
Orientação sexual						
Heterossexual	0% (0)	2,51% (642)	10,45% (2670)	13,83% (3533)	0,40% (101)	27,19% (6946)
Homossexual	0% (0)	0,16% (40)	0,35% (89)	0,59% (151)	0,02% (4)	1,11% (284)
Bissexual	0% (0)	0,02% (4)	0,13% (33)	0,30% (76)	0,01% (2)	0,45% (115)
Ignorado	2,43% (621)	37,43% (9563)	18,33% (4684)	12,44% (3177)	0,61% (157)	71,25% (18202)

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados

Tabela 5: Características dos atos em 2011

	Recém nascido	Criança	Adolescente	Adulto	Idoso	Total
Reincidência						
Sim	0,65% (102)	17,64% (2787)	10,01% (1582)	6,15% (972)	0,23% (37)	34,69% (5480)
Não	1,01% (159)	14,32% (2262)	12,76% (2015)	16,83% (2659)	0,47% (74)	45,38% (7169)
Ignorado	1,39% (220)	11,64% (1838)	3,82% (603)	2,98% (471)	0,10% (16)	19,93% (3148)
Número de envolvidos						
Um	2,07% (327)	35,83% (5660)	21,50% (3396)	20,54% (3244)	0,64% (101)	80,57% (12728)
Dois ou mais	0,28% (45)	5,02% (793)	3,86% (609)	3,99% (630)	0,11% (18)	13,26% (2095)
Ignorado	0,69% (109)	2,75% (434)	1,23% (195)	1,44% (228)	0,05% (8)	6,17% (974)
Local de ocorrência						
Residência	1,98% (312)	31,03% (4902)	14,56% (2300)	10,15% (1604)	0,62% (98)	58,34% (9216)
Habitação coletiva	0,01% (2)	0,42% (66)	0,30% (48)	0,15% (23)	0,01% (1)	0,89% (140)
Escola	0,07% (11)	1,44% (227)	0,27% (43)	0,16% (26)	0,01% (1)	1,95% (308)
Local de prática esportiva	0,01% (2)	0,22% (34)	0,22% (35)	0,15% (23)	0% (0)	0,60% (94)
Bar ou similar	0% (0)	0,15% (24)	0,32% (50)	0,43% (68)	0% (0)	0,90% (142)
Via pública	0,16% (26)	2,29% (362)	4,27% (675)	8,65% (1366)	0,13% (20)	15,50% (2449)
Comércio	0,04% (6)	0,19% (30)	0,32% (51)	0,65% (103)	0% (0)	1,20% (190)
Indústrias	0% (0)	0,18% (28)	0,20% (32)	0,19% (30)	0% (0)	0,57% (90)
Outro	0,32% (50)	3,68% (582)	3,58% (565)	3,40% (537)	0,03% (4)	11% (1738)
Ignorado	0,46% (72)	4% (632)	2,54% (401)	2,04% (322)	0,02% (3)	9,05% (1430)
Zona						
Urbana	2,76% (436)	37,93% (5992)	22,87% (3612)	23,35% (3689)	0,66% (104)	87,57% (13833)
Rural/Periurbana	0,22% (34)	3,84% (607)	2,74% (433)	1,50% (237)	0,13% (21)	8,43% (1332)
Ignorado	0,07% (11)	1,82% (288)	0,98% (155)	1,11% (176)	0,01% (2)	4% (632)
Meio de agressão						
Força corporal	0,73% (115)	12,29% (1941)	9,90% (1564)	16,19% (2557)	0,51% (81)	39,62% (6258)
Enforcamento	0,04% (6)	0,22% (34)	0,61% (96)	2,11% (333)	0,06% (9)	3,03% (478)
Objeto contundente	0% (0)	0,51% (80)	0,41% (64)	1,27% (200)	0,01% (2)	2,19% (346)
Objeto cortante	0,07% (11)	0,60% (94)	1,30% (205)	3,45% (545)	0,05% (8)	5,46% (863)
Objeto quente	0% (0)	0,09% (14)	0,15% (23)	0,22% (34)	0,01% (1)	0,46% (72)
Envenenamento	0,01% (1)	0,10% (16)	0,09% (15)	0,15% (24)	0% (0)	0,35% (56)
Arma de fogo	0,07% (11)	0,44% (70)	1,48% (234)	3,51% (554)	0,02% (3)	5,52% (872)
Ameaça	0,50% (79)	13,85% (2188)	8,97% (1417)	11,58% (1829)	0,25% (39)	35,15% (5552)
Outros	0,60% (95)	4,36% (689)	2,28% (360)	1,92% (303)	0,10% (16)	9,26% (1463)

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados

Tabela 6: Características dos atos em 2014

	Recém nascido	Criança	Adolescente	Adulto	Idoso	Total
Reincidência						
Sim	0,87% (223)	13,60% (3474)	12,67% (3237)	16,64% (4251)	0,55% (141)	44,33% (11326)
Não	0,49% (126)	16,37% (4182)	12,20% (3116)	7,54% (1925)	0,30% (77)	36,90% (9246)
Ignorado	1,06% (272)	10,15% (2593)	4,40% (1123)	2,98% (761)	0,18% (46)	18,77% (4795)
Número de envolvidos						
Um	1,48% (377)	32,29% (8249)	22,77% (5818)	20,55% (5251)	0,79% (203)	77,89% (19898)
Dois ou mais	0,34% (88)	5,10% (1303)	5,26% (1343)	5,15% (1315)	0,16% (41)	16,01% (4090)
Ignorado	0,61% (156)	2,73% (697)	1,23% (315)	1,45% (371)	0,08% (20)	6,10% (1559)
Local de ocorrência						
Residência	1,60% (410)	28,46% (7270)	16,84% (4303)	11,75% (3003)	0,76% (194)	59,42% (15180)
Habitação coletiva	0,01% (3)	0,32% (81)	0,21% (54)	0,20% (51)	0,02% (5)	0,76% (194)
Escola	0,04% (11)	1,50% (382)	0,35% (89)	0,14% (35)	0% (0)	2,02% (517)
Local de prática esportiva	0,003% (1)	0,17% (44)	0,15% (38)	0,11% (29)	0% (0)	0,44% (112)
Bar ou similar	0,01% (3)	0,13% (33)	0,21% (53)	0,45% (116)	0% (0)	0,81% (206)
Via pública	0,11% (29)	1,99% (508)	4,44% (1134)	8,43% (2154)	0,11% (27)	15,08% (3852)
Comércio	0,02% (6)	0,25% (64)	0,38% (98)	0,63% (162)	0% (0)	1,30% (331)
Indústrias	0,01% (2)	0,11% (27)	0,12% (31)	0,16% (42)	0% (0)	0,40% (102)
Outro	0,19% (48)	3,66% (936)	3,06% (781)	3,56% (910)	0,06% (16)	10,53% (2691)
Ignorado	0,42% (108)	3,54% (904)	3,50% (895)	1,70% (435)	0,09% (22)	9,25% (2362)
Zona						
Urbana	2,14% (546)	34,12% (8717)	23,78% (6075)	23,84% (6090)	0,85% (217)	84,73% (21645)
Rural/Periurbana	0,19% (48)	4,27% (1092)	4,31% (1101)	2,09% (534)	0,15% (38)	11,01% (2813)
Ignorado	0,11% (27)	1,72% (440)	1,17% (300)	1,23% (313)	0,04% (9)	4,26% (1089)
Meio de agressão						
Força corporal	0,61% (155)	10,78% (2754)	9,14% (2334)	16,60% (4240)	0,62% (158)	37,74% (9641)
Enforcamento	0,05% (13)	0,24% (61)	0,48% (122)	2,17% (555)	0,09% (22)	3,03% (773)
Objeto contundente	0,02% (6)	0,30% (76)	0,33% (85)	1,08% (275)	0,05% (14)	1,78% (456)
Objeto cortante	0,02% (6)	0,44% (113)	0,98% (251)	2,96% (755)	0,08% (20)	4,48% (1145)
Objeto quente	0,01% (2)	0,08% (20)	0,11% (29)	0,25% (63)	0,01% (3)	0,46% (117)
Envenenamento	0% (0)	0,05% (12)	0,10% (26)	0,22% (55)	0,004% (1)	0,37% (94)
Arma de fogo	0,04% (10)	0,20% (51)	1,33% (341)	3,26% (832)	0,03% (7)	4,86% (1241)
Ameaça	0,28% (72)	10,97% (2802)	8,27% (2114)	11,74% (2999)	0,27% (68)	31,53% (8055)
Outros	0,38% (97)	4,64% (1186)	3,76% (961)	2,16% (551)	0,18% (46)	11,12% (2841)

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados

Tabela 7: Relação com o agressor em 2011

	Recém nascido	Criança	Adolescente	Adulto	Idoso	Total
Relação com o agressor						
Pai	0,41% (65)	5,58% (882)	1,72% (271)	0,33% (52)	0% (0)	8,04% (1270)
Mãe	0,32% (50)	1,08% (171)	0,36% (47)	0,12% (19)	0% (0)	1,88% (297)
Padrasto	0,25% (39)	5,27% (832)	2,26% (357)	0,33% (52)	0% (0)	12% (1280)
Cônjuge	0,03% (4)	0,13% (20)	0,54% (86)	2,73% (431)	0,11% (17)	3,53% (558)
Ex-cônjuge	0,01% (2)	0,04% (7)	0,08% (12)	1,18% (186)	0,01% (2)	1,32% (209)
Namorado	0,04% (6)	1,39% (220)	3,24% (512)	0,41% (64)	0% (0)	5,08% (802)
Ex-namorado	0% (0)	0,08% (12)	0,54% (85)	0,46% (72)	0% (0)	1,07% (169)
Filho	0,01% (1)	0,05% (8)	0,05% (8)	0,07% (11)	0,07% (11)	0,25% (39)
Irmão	0,07% (11)	1,50% (237)	0,42% (67)	0,23% (37)	0% (0)	2,23% (352)
Amigo	0,54% (85)	13,58% (2146)	7,17% (1133)	3,56% (563)	0,15% (23)	25% (3950)
Cuidador	0,12% (19)	0,68% (107)	0,09% (15)	0,05% (8)	0% (0)	0,94% (149)
Patrão	0% (0)	0,03% (5)	0,15% (24)	0,15% (24)	0% (0)	0,34% (53)
Relação institucional	0,03% (5)	0,38% (60)	0,20% (31)	0,20% (31)	0% (0)	0,80% (127)
Polícia	0,01% (2)	0,04% (6)	0,09% (15)	0,09% (15)	0% (0)	0,24% (38)
Própria pessoa	0,01% (1)	0,06% (10)	0,08% (12)	0,17% (27)	0,01% (1)	0,32% (51)
Desconhecido	0,41% (65)	3,98% (628)	7,34% (1160)	13,86% (2189)	0,32% (51)	25,91% (4093)
Outro	0,47% (74)	10,05% (1588)	2,40% (379)	1,08% (170)	0,09% (14)	14,08% (2225)

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados

Tabela 8: Relação com o agressor em 2014

Relação com o agressor	Recém nascido	Criança	Adolescente	Adulto	Idoso	Total
Pai	0,42% (107)	5,15% (1316)	2,46% (629)	0,52% (132)	0% (0)	8,55% (2184)
Mãe	0,14% (35)	1,07% (273)	1,26% (323)	0,15% (39)	0% (0)	2,63% (670)
Padrasto	0,17% (44)	5,20% (1329)	2,45% (627)	0,36% (93)	0% (0)	8,20% (2093)
Cônjuge	0% (0)	0% (0)	2,28% (583)	3,17% (809)	0,10% (25)	5,55% (1417)
Ex-cônjuge	0% (0)	0% (0)	0,17% (44)	1,48% (379)	0,03% (8)	1,69% (431)
Namorado	0% (0)	1,53% (401)	4,68% (1196)	0,49% (125)	0,01% (3)	6,75% (1725)
Ex-namorado	0% (0)	0,11% (27)	0,67% (170)	0,61% (155)	0,02% (5)	1,40% (357)
Filho	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0,18% (46)	0,10% (26)	0,28% (72)
Irmão	0,06% (15)	1,53% (391)	0,35% (90)	0,32% (82)	0,02% (5)	2,28% (583)
Amigo	0,43% (109)	12,27% (3135)	7,43% (1897)	4,30% (1099)	0,18% (46)	24,61% (6286)
Cuidador	0,12% (31)	0,45% (116)	0,10% (26)	0,04% (10)	0,01% (3)	0,73% (186)
Patrão	0% (0)	0% (0)	0,14% (35)	0,17% (44)	0% (0)	0,31% (79)
Relação institucional	0,02% (6)	0,41% (104)	0,18% (46)	0,17% (44)	0% (0)	0,78% (200)
Polícia	0% (0)	0,03% (8)	0,05% (14)	0,10% (26)	0% (0)	0,19% (48)
Própria pessoa	0% (0)	0,07% (20)	0,10% (26)	0,18% (46)	0% (0)	0,36% (92)
Desconhecido	0,26% (66)	3,28% (839)	6,38% (1631)	13,17% (3364)	0,34% (88)	23,44% (5988)
Outro	0,37% (95)	8,94% (2284)	2,55% (652)	1,34% (343)	0,13% (32)	13,33% (3406)

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados

Tabela 9: Consequências do ato em 2011

	Recém nascido	Criança	Adolescente	Adulto	Idoso	Total
Ter contraído DST						
Sim	0,15% (23)	1,36% (215)	0,73% (115)	0,68% (108)	0,02% (3)	2,94% (464)
Não	1,90% (300)	30,13% (4759)	18,30% (2891)	17,38% (2746)	0,60% (94)	68,30% (10790)
Ignorado	1% (158)	12,11% (1913)	7,56% (1194)	7,90% (1248)	0,19% (30)	28,76% (4543)
Ter engravidado						
Sim	0% (0)	1% (158)	3,70% (584)	1,34% (212)	0% (0)	6,04% (954)
Não	0,01% (1)	9,40% (1485)	15,13% (2390)	16,82% (2657)	0,58% (91)	41,93% (6624)
Ignorado	3,04% (480)	33,20% (5244)	7,76% (1226)	7,81% (1233)	0,23% (36)	52,03% (8219)
Ocorreu aborto previsto por lei						
Sim	0% (0)	0,13% (20)	0,37% (58)	0,50% (79)	0,56% (88)	0,99% (157)
Não	0,08% (13)	11,62% (1836)	19,55% (3089)	18,63% (2943)	0% (0)	50,45% (7969)
Ignorado	2,96% (468)	31,85% (5031)	6,67% (1053)	6,84% (1080)	0,25% (39)	48,56% (7671)
Ocorreu tentativa de suicídio						
Sim	0% (0)	0,15% (23)	0,20% (31)	0,34% (53)	0,01% (1)	0,68% (108)
Não	2,20% (348)	35,28% (5573)	21,19% (3347)	18,93% (2991)	0,63% (99)	78,23% (12358)
Ignorado	0,84% (133)	8,17% (1291)	5,20% (822)	6,70% (1058)	0,17% (27)	21,09% (3331)
Ocorreu transtorno mental						
Sim	0,03% (5)	0,65% (103)	0,61% (97)	0,95% (150)	0,02% (3)	2,27% (358)
Não	2,18% (345)	34,35% (5427)	20,42% (3226)	18,02% (2846)	0,63% (99)	75,60% (11943)
Ignorado	0,83% (131)	8,59% (1357)	5,55% (877)	7% (1106)	0,16% (25)	22,13% (3496)
Ocorreu transtorno comportamental						
Sim	0,39% (61)	5,99% (947)	2,51% (397)	1,87% (295)	0,08% (13)	10,84% (1713)
Não	1,85% (292)	29,08% (4594)	18,43% (2912)	17,16% (2710)	0,58% (91)	67,10% (10599)
Ignorado	0,81% (128)	8,52% (1346)	5,64% (891)	6,94% (1097)	0,15% (23)	22,06% (3485)

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados

Tabela 10: Consequências do ato em 2014

	Recém nascido	Criança	Adolescente	Adulto	Idoso	Total
Ter contraído DST						
Sim	0,08% (21)	0,87% (221)	0,56% (142)	0,56% (144)	0,01% (3)	2,08% (531)
Não	1,16% (296)	20,38% (5207)	16,60% (4240)	13,92% (3555)	0,56% (143)	52,61% (13441)
Ignorado	1,19% (304)	18,87% (4821)	12,11% (3094)	12,67% (3238)	0,46% (118)	45,31% (11575)
Ter engravidado						
Sim	0% (0)	0,94% (239)	5,67% (1448)	1,42% (363)	0% (0)	8,03% (2051)
Não	0,01% (3)	6,11% (1561)	11,18% (2856)	12,70% (3245)	0,52% (132)	30,52% (7796)
Ignorado	2,42% (618)	33,07% (8449)	12,42% (3172)	13,03% (3329)	0,52% (132)	61,46% (15700)
Ocorreu aborto previsto por lei						
Sim	0% (0)	0,07% (18)	0,24% (61)	0,54% (138)	0% (0)	0,85% (217)
Não	0,05% (13)	10,53% (2689)	22,08% (5640)	19,04% (4863)	0,70% (179)	52,39% (13384)
Ignorado	2,38% (608)	29,52% (7542)	6,95% (1775)	7,58% (1936)	0,33% (85)	46,76% (11946)
Ocorreu tentativa de suicídio						
Sim	0% (0)	0,06% (16)	0,22% (55)	0,32% (81)	0% (0)	0,60% (153)
Não	1,25% (321)	22,96% (5866)	18,46% (4716)	15,07% (3851)	0,61% (155)	58,36% (14908)
Ignorado	1,17% (300)	17,09% (4367)	10,59% (2705)	11,76% (3005)	0,43% (109)	41,05% (10486)
Ocorreu transtorno mental						
Sim	0% (0)	0,28% (72)	0,40% (103)	0,99% (254)	0,03% (7)	1,71% (437)
Não	1,23% (316)	22,82% (5831)	17,98% (4594)	14,15% (3615)	0,58% (148)	56,77% (14503)
Ignorado	1,19% (305)	17,01% (4346)	10,88% (2779)	12,01% (3068)	0,43% (109)	41,52% (10607)
Ocorreu transtorno comportamental						
Sim	0,14% (36)	4,27% (1091)	1,98% (505)	1,76% (450)	0,04% (10)	8,19% (2092)
Não	1,10% (281)	19,13% (4888)	16,44% (4201)	13,39% (3422)	0,56% (142)	50,63% (12934)
Ignorado	1,19% (304)	16,71% (4270)	10,84% (2770)	12% (3065)	0,44% (112)	41,18% (10521)

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados